

A ideologia burguesa na educação e o seu reflexo no novo ensino médio

Autoras:

Eugênio Alves Cardoso

Mestrando em ensino e formação docente, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, Fortaleza

Emanoel Rodrigues Almeida

Doutor em educação pela Universidade Federal do Ceará, Professor do Instituto Federal Ensino, Ciência e Educação do Ceará, Fortaleza

DOI: 10.58203/Licuri.20893

Como citar este capítulo:

CARDOSO, Eugênio Alves; ALMEIDA, Emanoel Rodrigues. A ideologia burguesa na educação e o seu reflexo no novo ensino médio. In: FEITOZA, Denise Magalhães Azevedo (Org.). **Pesquisas e saberes em Educação**. Campina Grande: Licuri, 2023, p. 25-45.

ISBN: 978-65-85562-08-9

Resumo

O trabalho é o ato fundante do mundo dos homens, ou seja, é a partir do trabalho que se constrói a riqueza material, fato que garante aos homens reproduzir a sua existência. Ao mesmo tempo, a complexificação do trabalho dá origem a outros complexos sociais, entre eles a educação, que visa repassar os conhecimentos acumulados pela sociedade para as gerações futuras. Porém, a partir do surgimento do Estado, a educação passa a carregar a ideologia da classe dominante. Portanto, no capitalismo, está carregada da ideologia burguesa. Assim sendo, este estudo tem como objetivo problematizar sobre as maneiras com o qual a ideologia burguesa permeia a educação da classe trabalhadora, com ênfase a reforma do ensino médio. Trata-se de um estudo ontológico, com base epistemológica no materialismo histórico dialético. Para a obtenção das variáveis analisadas recorreu-se à leitura de livros e artigos científicos, portanto, trata-se de um estudo bibliográfico. Como resultados e discussões, atentamos para o fato de que, para a burguesia, a educação da classe trabalhadora deve ocorrer somente à medida que forma a mão de obra necessária para a reprodução do capitalismo, e que o novo ensino médio atende exatamente esta ideologia.

Palavras-chave: Capitalismo. Trabalho. Reforma educacional

INTRODUÇÃO

O complexo da educação, assim como o complexo da linguagem, acompanha o ser social desde a sua gênese. Isso porque, diferente dos animais, nós humanos não nascemos geneticamente determinados a realizar as atividades necessárias à nossa existência. (TONET, 2016, p. 100). Portanto, o ser social não nasce ser social, ele torna-se social. E neste processo, a educação desempenha a função de repassar os conhecimentos acumulados pela sociedade para as novas gerações, ou seja, consiste na “identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se formem humanos” (SAVIANI, 2015, p. 287)

Porém, a partir do surgimento da propriedade privada, e conseqüentemente do Estado, a educação passou a ser controlada pela classe dominante, atendendo a um viés ideológico. Porém, é no modo de produção capitalista que a educação ganha maior importância para a classe dominante, pois, diferente dos modos de produção que o antecederam, no modo de produção capitalista, a educação tem uma relação direta com o sistema produtivo, uma vez que a modernização dos modos de produção fez surgir novas demandas aos trabalhadores.

Nos sistemas de produção pré-capitalistas e suas respectivas formas de Estado, a educação das classes dominadas ocorria na prática, uma vez que os sistemas produtivos eram mais simples, baseados quase que exclusivamente na relação com a terra. Tanto no modo de produção escravista como no modo de produção feudal, a educação era voltada quase exclusivamente para as classes dominantes, uma vez que não havia necessidade de educar, pelo menos não formalmente, a classe dominada.

Já no capitalismo essa relação se altera. Primeiramente porque o Estado burguês se coloca como o representante de todas as classes sociais, portanto, o direito civil é estendido a todas as classes. No escravismo somente os cidadãos, ou seja, os não escravos tinham direitos. No feudalismo, o direito favorecia os senhores feudais. Porém, para que a classe burguesa conseguisse apoio do povo para se sobrepôr ao poder dos reis, o Estado burguês estendeu, ao menos no discurso, o direito civil universal. Portanto, entenda-se que a extensão do direito civil não foi uma caridade, mas sim uma necessidade da burguesia.

Em segundo lugar, no modo de produção capitalista, a educação tem uma relação direta com o setor produtivo. Neste modo de produção, as forças produtivas foram radicalmente alteradas: o trabalho meramente braçal, do homem com a terra, sofreu profundas modificações. O espaço rural perdeu importância para o espaço urbano, as objetivações passaram a ser geradas a partir de maquinários e o trabalhador não participa de todo o processo produtivo, ou seja, a produção é totalmente fragmentada.

Assim, para garantir a adequação do trabalhador a esse novo sistema produtivo, fez-se necessário uma educação formal, para garantir o mínimo de qualificação para o operário, uma vez que “o capital somente se apropria daquela força de trabalho que pode gerar mais-valia, procurando que toda força de trabalho esteja em condições de gerá-la. Esse “estar em condições de” é obtido através da qualificação” (MARX; ENGELS, 2011, p.14). Daí a necessidade de educar minimamente a classe proletária.

No processo de transição para o capitalismo, as relações de produção também foram alteradas: o trabalhador foi expropriado de suas terras e de seus materiais de trabalho, restando para sua sobrevivência apenas a venda de sua força de trabalho. O capitalista contrata a mão de obra, que recebe apenas uma pequena parcela do valor que produz, enquanto a maior parte da riqueza obtida com o trabalho do operário vai para o burguês, ou seja, o operário produz a riqueza, entretanto é o burguês que se apropria dela.

Neste contexto, diante da situação lastimável da classe trabalhadora, ofertar uma educação que tenha em vista repassar os conhecimentos científicos e culturais acumulados pela humanidade para a classe expropriada está fora de cogitação. Uma educação omnilateral, que forme o homem em todas suas capacidades jamais irá ocorrer no capitalismo, pois é radicalmente antagônica a ideologia burguesa. Como a educação da classe trabalhadora, contraditoriamente, se faz necessária para o desenvolvimento do capitalismo, ou seja, é de extrema necessidade para o capital garantir a educação das classes subalternas, em prol do crescimento econômico, a burguesia se ocupa de controlar, embora parcialmente, essa educação.

Por muitas vezes, os discursos educacionais proferidos pela burguesia são tão atrativos que conseguem convencer uma parcela significativa da classe trabalhadora. Ou seja, os objetivos proclamados pela burguesia servem para mascarar os objetivos reais que ela defende para a educação. Entendendo este cenário, o objetivo deste estudo é

problematizar sobre as maneiras com o qual a ideologia burguesa permeia a educação da classe trabalhadora, com ênfase ao novo ensino médio.

METODOLOGIA

Este estudo fundamenta-se em uma perspectiva ontológica, no qual “o objeto diz através do sujeito o que ele é. “O objeto se torna, assim, o centro da reflexão, precisamente por possuir uma lógica que cabe em si mesmo”. (BARBOSA; GIMENEZ; RABELO, 2017, p. 145). Em um estudo ontológico, faz-se necessário conhecer o objeto a fundo, em sua gênese e essência, entendendo que a realidade objetiva existe, independente da vontade do pesquisador. Como nosso objeto de estudo é a educação, uma categoria social, fundamentamos nossa análise na ontologia do ser social, amparada nos estudos de Karl Marx e Gyorgy Lukács.

Para estes pesquisadores, o fundamento do mundo dos homens é o trabalho, ou seja, é o trabalho que diferencia os homens das demais espécies de animais. É do trabalho que se originam as demais atividades sociais que, embora não sejam reduzidas ao trabalho, têm origem a partir dele. Ou seja, só é possível compreender com clareza as relações e os complexos sociais se primeiro compreendermos as relações de trabalho.

Portanto, a epistemologia deste estudo ancora-se no materialismo histórico dialético, por entender que o mundo dos homens é uma síntese entre a prévia ideação e as objetivações, ou seja, “o mundo dos homens nem é pura idéia nem é só matéria, mas sim uma síntese de idéia e matéria que apenas poderia existir a partir da transformação da realidade” (TONET;LESSA, 2008, p.23).

Trata-se de um estudo qualitativo, onde as variáveis são analisadas a partir das interações sociais, não podendo ser quantificadas. Para a obtenção dos dados recorreremos principalmente à leitura de livros e artigos científicos, portanto, trata-se de um estudo bibliográfico.

A EDUCAÇÃO E A IDEOLOGIA BURGUESA

O trabalho é o ato fundante do ser social, pois foi a partir do trabalho que o gênero humano se afastou da esfera orgânica biológica para ser social. A partir do trabalho

teleologicamente orientado para um fim, o gênero humano conseguiu reproduzir sua própria existência, diferentemente dos demais seres biológicos. Enquanto os seres biológicos agem exclusivamente por instinto, ou seja, sua existência é determinada pela natureza, o ser social consegue transformar a natureza, ou seja, não é determinado por ela.

Portanto, o trabalho exerce importante função em qualquer modo de produção, uma vez que é o responsável por produzir a riqueza material, essencial para a reprodução da sociedade. Porém, o ser social não se reduz somente ao trabalho, pelo contrário, a complexificação do trabalho permitiu o surgimento de várias categorias sociais, que, embora distintas, mantêm uma relação ontológica com o trabalho.

Dentre as categorias que mantêm relação ontológica com o trabalho, merece destaque a educação, que tem uma importante contribuição na reprodução social, uma vez que:

À diferença dos animais, nós humanos não nascemos geneticamente determinados a realizar as atividades necessárias à nossa existência. Precisamos aprender o que temos que fazer. Precisamente porque o trabalho implica teleologia, isto é uma atividade intencional prévia e a existência de alternativas. Nada disto é biologicamente pré-determinado. Precisa ser conscientemente assumido. Daí a necessidade da educação [...] (TONET, 2016, p. 100)

Portanto, a educação, assim como a linguagem, acompanha o ser social desde a sua gênese, uma vez que “os homens precisam adquirir, para a sua reprodução social, comportamentos e habilidades que não são biologicamente herdados” (Maceno, 2017, p. 92/93). Porém, na medida em que o Estado ganha importância no processo de reprodução do ser social, a educação passa a atender o interesse da classe dominante, representada pelo Estado, portanto, passa a ser de grande importância para a reprodução do sistema econômico vigente. Entretanto, é no capitalismo que a educação se torna quase vital para a reprodução do sistema. Por isso, este complexo social passa a ser discutido de forma mais incisiva, uma vez que foi a partir do Estado burguês que a educação se tornou, ao menos em teoria, universal.

Até o advento do capitalismo o acesso a esta esfera - mesmo assim de modo bastante diferenciado - era restrito às classes dominantes. Isso se justifica porque as qualificações necessárias àqueles que dirigiriam a sociedade e deteriam o controle do acesso aos bens materiais e espirituais não seriam necessários àqueles cuja única tarefa era o trabalho. Para estes, continuava sendo suficiente a educação para o trabalho. [...]. Com o advento do capitalismo [...] a educação passou a ocupar um lugar todo especial, porque passou a integrar cada vez mais profundamente o processo de produção. (TONET, 2005, p, 221)

Assim sendo, desde a sua ascensão política, a burguesia viu “que o ensino podia converter-se em um dos meios fundamentais de dominação ideológica e, portanto, em um instrumento essencial para alcançar e consolidar a hegemonia da classe no poder” (MARX; ENGELS, p. 18), ou seja:

Os pensamentos da classe dominante são também em todas as épocas, os pensamentos dominantes; em outras palavras, a classe que é o poder material dominante numa determinada sociedade é também o poder espiritual dominante. A classe que dispõe dos meios da produção material dispõe também dos meios de produção intelectual, de tal modo que, o pensamento daqueles aos quais são negados os meios de produção intelectual está submetido também à classe dominante. (MARX, 2011, p. 48)

O Estado burguês, desde a sua gênese, se colocou como defensor de todas as classes sociais, estendendo o direito igualitário a toda a sociedade. Entretanto, é por demais sabido que o motivo principal para a defesa de tal argumento, reside no fato de que, para se sobrepor ao poder dos reis, a burguesia necessitava de todo o apoio popular que fosse possível para a época. Foi com o apoio das baixas classes sociais que as revoluções burguesas alcançaram o êxito, consolidando a burguesia como classe dominante. Após as revoluções burguesas do século XVIII, que esgotou aí o seu caráter revolucionário, a burguesia, agora nova classe dominante, buscou desenvolver meios de garantir a reprodução social ao modo do sistema capitalista, tendo na educação uma forte aliada.

No sistema capitalista, nem a burguesia, e muito menos a classe trabalhadora, tem controle total sobre o modo de reprodução social, pois este sistema é marcado por contradições, o que o torna por demais complexo. Porém, no que se refere à educação, às classes dominantes conseguem manter um controle parcial sobre as políticas educacionais, uma vez que estas são elaboradas pelo Estado. Portanto:

Antes de mais nada, é necessário assinalar que o aparato escolar levantado pelo modo de produção capitalista se configura ideologicamente não só em função dos componentes explicitamente - tematicamente - ideológicos que comporta, mas também porque cria - e consolida - um marco de cisão onde a alienação da força de trabalho é um fato natural (RABELO; GIMENEZ; SEGUNDO, 2015, p. 15)

Consequentemente, é na fase do capitalismo maduro, passado o período de transição, que se pode notar uma educação voltada para as classes dominadas, que até então eram excluídas do processo de educação formal. Essa incipiente educação voltada para a classe trabalhadora se deu a partir da necessidade de adequação da mão de obra ao modelo de produção vigente, embora essa educação não tenha ocorrido com unanimidade em todos os países capitalistas.

Com o capitalismo industrial, ocorreu na Europa um forte êxodo rural, que permitiu a transição da sociedade rural para a sociedade urbana. Com isso, formou-se um grande exército industrial de reserva, composto principalmente por camponeses expropriados de suas terras, que viam na venda de sua força de trabalho o único meio para a sua sobrevivência.

Porém, os hábitos rurais são diferentes dos hábitos urbanos. O trabalhador que, anteriormente, era dono dos seus próprios meios de produção e produzia conforme sua vontade, ou necessidade, agora passa a trabalhar por um salário. Independentemente da quantidade da produção, o trabalhador passou a receber apenas seu salário. Portanto, foi uma mudança radical no modo de vida da classe trabalhadora, que precisou adaptar-se a essa nova realidade, e coube a educação esse papel inicial:

Assim sendo, os objetivos como adaptação às novas formas de trabalho manufatureiras, a aquisição de hábitos e de disciplina sobrepujavam a

aptidão específica. A ênfase nesses objetivos permitiu a Adam Smith afirmar que os trabalhadores aprendiam a trabalhar no próprio local de trabalho e, por isso, a instrução poderia ser fornecida em doses homeopáticas (SANTOS, 2004, p.80)

Posteriormente, com a segunda revolução industrial, a produção fabril tornou-se mais complexa, rompendo totalmente com a produção manufatureira, e exigindo cada vez mais um maior grau de especialização dos trabalhadores. A complexidade dos processos produtivos tornou inviável ao trabalhador aprender o ofício somente na prática, sendo necessário uma qualificação laboral.

Na busca pelo lucro, é certo que a burguesia não pretendia perder tempo e dinheiro com o treinamento básico de um funcionário, optando por contratar aqueles que já dominavam o ofício. Neste contexto, coube ao Estado, organizar a educação, tendo em vista as necessidades do capital. Diferente das sociedades pré-capitalistas, no capitalismo, o Estado tem um importante papel na educação, uma vez que os novos modos de produção necessitam de trabalhadores qualificados, e ao mesmo tempo obedientes, que se adequem às exigências do mercado. Portanto, a educação deve ser centrada no Estado, pois só este tem o que é necessário para organizar uma atividade humana tão complexa.

Consequentemente, é nesta conjuntura econômica que a educação ganha destaque na economia capitalista, tendo a função principal de formar a mão de obra necessária para o desenvolvimento do capitalismo, e, ao mesmo tempo, formar o cidadão adequado para a nova demanda. Portanto, aqui aparece a grande distinção em relação à educação pré-capitalista e a educação burguesa: a educação precisa ser universalizada, uma vez que o trabalho artesanal agora é feito por máquinas cada vez mais modernas. Assim, para operar uma máquina é necessário que o trabalhador possua um mínimo de conhecimento teórico, sendo a escolaridade um pré-requisito básico para adentrar no mercado de trabalho.

Neste contexto, um trabalhador que não tenha o conhecimento básico, como leitura e escrita, torna-se muito limitado, com isso não atende as necessidades de reprodução do capital. Para extrair a mais valia, faz-se necessário que o trabalhador atenda aos critérios básicos de empregabilidade exigidos pelo capital.

Ora, por ele mesmo o capital somente se apropria daquela força de trabalho que pode gerar mais-valia, procurando que toda força de trabalho esteja em condições de gerá-la. Esse "estar em condições de" é obtido através da qualificação com um ensino adequado. Mas, como só é possível realizar a exploração através do mercado, orienta a qualificação para aquelas atividades ou formas (no seio de uma atividade) que tem maior acesso e predicamento no mercado. O sistema de ensino é entendido, assim, como uma concreta qualificação da força de trabalho que alcançará seu aproveitamento máximo se conseguir também o ajuste e a integração dos indivíduos no sistema, única maneira de não desperdiçar sua força de trabalho, mas sim, aproveitá-la. Dito de outra forma: reproduz o sistema dominante, tanto a nível ideológico quanto técnico e produtivo. (MARX; ENGELS, 2011, p. 14)

Portanto, a educação da classe trabalhadora, no modo de produção capitalista, surge a partir da necessidade de se qualificar a mão de obra, dando origem às escolas de ensino profissional, que tem como objetivo principal qualificar a mão de obra para o mercado insurgente.

Deste modo, a educação deveria preparar os indivíduos para o exercício de uma determinada profissão que, assim se esperava, seria exercida até o tempo da sua aposentadoria. É claro que tal educação teria, necessariamente, um caráter predominantemente informativo e limitado, pois o conteúdo de que o trabalhador necessitava não exigia um pensamento crítico e capacidade inventiva. (TONET, 2016, p 13)

Neste sentido, é possível entender que, no capitalismo, o papel ideológico exercido pela educação é muito maior que nos modos de sociabilidade que o precedem, uma vez que se faz necessário educar a classe trabalhadora. Porém, a dose de educação deve ser mínima, apenas a necessária para dominar os novos modos de produção. Qualquer excedente pode ocasionar problemas para o sistema, uma vez que, quanto maior o grau de instrução, menor a possibilidade de manipulação de um indivíduo social.

A solução encontrada foi centrar a educação no Estado, que cria e executa a política educacional. Isso não quer dizer que compete somente ao Estado ofertar o ensino, porém,

todas as instituições que o ofertam, que seja pública quer seja privada, estão subordinadas a uma legislação educacional superior, podendo agir apenas dentro dos limites destas leis.

No que se refere à educação, é fato que o sistema político econômico condiciona a política educacional às suas necessidades, embora, aqui seja o ponto onde reside o maior embate entre capitalismo e classe trabalhadora. Ao mesmo tempo em que a educação é usada como ferramenta de subordinação, ao se expandir para toda a classe trabalhadora, abre pressupostos para uma maior instrução dos trabalhadores, que passam a adquirir consciência sobre seus direitos.

Por isso, a educação precisa estar sob a tutela direta do Estado¹, que, como representante da burguesia, garante que esta educação não ultrapasse os limites aceitáveis pelo capital.

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos cento e cinquenta anos, serviu -no seu todo- o propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à maquinaria produtiva em expansão do sistema capitalista mas também o de gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhum tipo de alternativa à gestão da sociedade ou na forma "internacionalizada" (i.e. aceite pelos indivíduos "educados" devidamente) ou num ambiente de dominação estrutural hierárquica e de subordinação reforçada implacavelmente (MÉSZÁROS,, 2007, p. 7)

Portanto, a educação no capitalismo está carregada da ideologia burguesa, servindo como um aparato de propagação do capital. De modo geral, principalmente nos países periféricos, predomina a escola dualista, onde oferta-se uma educação direcionada para a classe trabalhadora, cujo principal objetivo é formar mão de obra para o mercado de trabalho, entendendo assim a necessidade do capital, e uma educação voltada para formar os líderes, geralmente oriundos da classe burguesa.

¹ Embora o objetivo aqui não seja debater sobre a centralidade da educação no Estado, é importante destacar que a crítica a este modelo de educação não significa propor o fim da educação pública, pelo contrário, significa fortalecê-la, porém com a participação da classe trabalhadora na elaboração das políticas educacionais. É a escola pública um dos espaços que ainda residem as ideias revolucionárias que embasam a luta de classes, nesse período contra revolucionário que vivemos.

[...] circula no meio educacional uma variedade de propostas sobre as funções da escola, [...] em que, num extremo, estaria a escola assentada no conhecimento, na aprendizagem e nas tecnologias, voltada aos filhos dos ricos, e, em outro, a escola do acolhimento social, da integração social, voltada aos pobres e dedicada, primordialmente, a missões sociais de assistência e apoio às crianças. (LIBÂNEO, 2012, p. 16)

Esses pensamentos em relação a escola não são aleatórios, pelo contrário, atendem a necessidade do grupo dominante, que a todo custo tenta evitar que a classe trabalhadora tenha acesso igualitário aos conhecimentos culturais, técnicos e científicos, para que assim possa perpetuar sua dominação. A burguesia não interessa um trabalhador culto, com elevado nível intelectual. Precisa-se, preferencialmente, de um trabalhador que seja grato por ser explorado, que não tenha consciência da classe à qual pertence.

A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E AS REFORMAS EDUCACIONAIS

Até aqui, entendemos que no capitalismo, a educação tem um papel essencial na reprodução social, uma vez que a ela estão atrelados os conhecimentos necessários para a realização das atividades laborais pela classe trabalhadora. No capitalismo, um trabalhador que não tenha domínio sobre os conhecimentos básicos da educação, ou seja, o trabalhador que não sabe ler nem escrever, tem pouca utilidade para o mercado de trabalho. Com as modernizações nos sistemas produtivos, decorrente da revolução técnico científico informacional, exige-se cada vez mais conhecimento do trabalhador, além de habilidades que vão além de sua qualificação.

Exige-se o trabalhador polivalente, proativo, com capacidade de liderança, com boa comunicação, com facilidade de trabalhar em equipe, entre tantas outras qualificações subjetivas, que vão além da mera educação profissional. Com tantas exigências, o sistema educacional necessitou ser adequado para formar o trabalhador para o novo mercado de trabalho. É neste contexto que se destaca o ensino por habilidades, que foram empurrados “goela abaixo” nos sistemas educacionais dos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil.

Essas novas exigências ao trabalhador, e conseqüentemente à educação, são oriundas das transformações ocorridas no capitalismo a partir de 1970, quando ocorreu a

crise estrutural do capital. A combinação do excesso de produção, que ocorreu após a recuperação industrial dos países europeus após a segunda guerra mundial, somada com a crise do petróleo, ocasionou uma recessão global, no qual o capitalismo via-se impossibilitado de aumentar os lucros. Ora, se o objetivo primordial do capitalismo é gerar lucro, a não resolução desta questão, fatidicamente seria seu fim.

Até então, imperava o modo de produção fordista, onde o trabalhador era especializado em uma única função. Atribui-se ao fordismo as linhas de produção, onde a esteira leva o produto até o trabalhador. Assim, exige-se do trabalhador apenas uma especialização específica, uma vez que este não participa de todas as etapas do processo produtivo, apenas de uma específica. Assim, ao fazer o trabalho chegar ao trabalhador, numa posição fixa, o modo de produção fordista alcançou uma alta rentabilidade” (HARVEY, 2016)

Portanto, se exigia pouco ou nenhum esforço intelectual para o trabalhador fordista do chão da fábrica, que deveria aprender apenas o essencial para realizar seu trabalho, porém, era necessário uma maior qualificação aos gerentes assalariados. Assim, a educação fordista era fragmentada, assim como as etapas de produção. Ao trabalhador reserva-se apenas a educação tecnicista, que o preparava unicamente para o mercado de trabalho. No caso, reserva-se ao trabalhador o ensino técnico. Aos cargos de chefia, o ensino superior. Esta forma de educação traz consigo, de maneira muito explícita, o pensamento da classe burguesa em relação à educação.

O processo de decadência do fordismo foi longo e controverso, e envolveu vários aspectos econômicos sociais e culturais, porém, pela falta de espaço, aqui nos limitaremos a afirmar que seu fim está associado à crise estrutural do capitalismo, por volta de 1970. Esta crise, resultado do excesso de produção característico do sistema fordista, aliado à crise energética do petróleo, levou o mundo a uma grande recessão.

No contexto da crise, o capitalismo precisou se reestruturar, e para isso foram necessárias transformações na economia, no Estado e na Educação. Neste contexto, para solucionar a crise, os economistas apostaram em profundas reformas tanto no modo de produção como nas forças produtivas. No modo de produção, o avanço das tecnologias aparece como a solução para a crise.

Assim, ocorreu a modernização dos sistemas produtivos, buscando superar o modo de produção fordista. O trabalhador especializado, que executava somente uma única função, aos poucos foi sendo substituído pelo trabalhador qualificado, polivalente, capaz

de dominar todas as etapas do processo produtivo. Além disso, as indústrias modernizaram a produção, substituindo a mão de obra manual por robôs automatizados, capazes de executar as tarefas repetitivas antes realizadas por humanos.

O avanço das tecnologias também permitiu que as fábricas ganhassem caráter multinacional, se espalhando principalmente pelos países em desenvolvimento, que já dispunham de uma infraestrutura básica. Com o encarecimento da mão de obra nos países pioneiros na industrialização, ocorreu a migração gradual das fábricas dos polos produtivos dos países centrais para os países periféricos, pois o aumento dos lucros só se consegue a partir da extração incessante da mais valia.

As terceirizações baratearam os custos de produção, e a migração das indústrias para países pouco tradicionais, com leis trabalhistas mais brandas e forte exército industrial de reserva permitiu ao capital a retomada dos lucros. Os capitalistas, valendo-se da necessidade de crescimento econômico dos países em desenvolvimento, viram aí a possibilidade da resolução dos problemas da crise.

Neste contexto, a educação ganha maior importância para o capital. As novas tecnologias demandam um trabalhador bem mais qualificado que o trabalhador fordista, necessitando de conhecimentos e habilidades que excedem a simples qualificação. É neste contexto que se fortalece a teoria do capital humano, que tem “como pressuposto a ideia de que possibilitar um aumento da instrução para a classe trabalhadora aumentaria em igual proporção a capacidade de produção” (FRERES; GOMES; BARBOSA, 2015 p. 72). Ou seja, para os defensores desta teoria, é necessário fornecer acesso à educação para a classe trabalhadora, com o objetivo de desenvolver suas capacidades produtivas.

Portanto, com base no contexto da reestruturação produtiva, o capitalismo mundial vê a necessidade de garantir a educação nos países periféricos, que até então engatinhavam com seus sistemas educacionais.

É claro que este novo modelo produtivo exigia um outro tipo de formação. Certamente, a informação - especialmente o domínio das novas tecnologias - continua a ser importante, mas agora o trabalhador precisa aprender a pensar, a resolver problemas novos e imprevistos; precisa ter uma formação polivalente, ou seja, uma formação que lhe permita realizar tarefas diversas e, além disso, a transitar com mais facilidade de um

emprego a outro, pois a estabilidade já não faz parte desta nova forma de produção. (TONET, 2016, p. 14)

Assim, o capital internacional passou a ocupar-se diretamente da educação nos países periféricos, como é o caso do Brasil. Os organismos financeiros internacionais como o Banco Mundial - BM e o Fundo Monetário Internacional - FMI, passaram a propor reformas educacionais que atendessem as necessidades de reprodução do capital, garantindo um domínio parcial da classe trabalhadora.

Dentre as diversas tentativas de organizar um modelo de educação mais específico para o grupo de países periféricos, merece destaque a declaração mundial de educação para todos, que ocorreu em 1991, durante a conferência de Jomtien, realizada na Tailândia, que teve como principal financiador o BM e contou com a participação de representantes de 155 países e 120 organizações não governamentais (OLIVEIRA; MORAES, 2015), que “comprometeram-se a aumentar a oferta da educação básica para a população mundial num prazo de 10 anos, fundamentados na ideia de que este nível de ensino seria satisfatório às necessidades básicas de aprendizagem”. (RABELO; GIMENEZ; SEGUNDOR, 2015 p. 13)

Esse foi o primeiro encontro de repercussão mundial sobre a educação, tendo como alvo a organização das políticas educacionais nos países periféricos. Ora, se a saída para a crise do capital seria a extração da mais valia nos países periféricos, nada mais coerente do que qualificar minimamente os trabalhadores, para assim garantir a “empregabilidade”. Portanto, as soluções propostas durante esta conferência aplicam-se quase exclusivamente à educação nos novos países industrializados, alvos da expansão financeira global.

A conferência destacou como principal medida a universalização do ensino básico, a fim de garantir a empregabilidade e reduzir as desigualdades sociais nesses países. Portanto, caberia ao Estado velar sobre a política educacional, contando com o apoio técnico e financeiro do Banco Mundial e de outros organismos financeiros internacionais. Obviamente, para contar com o apoio financeiro, a política educacional estaria subordinada às necessidades do capital, necessidades que seriam apontadas pelos órgãos assessores.

Investir no ensino básico, de acordo com o BM, é a condição essencial para garantir que os jovens consigam uma colocação no mercado de trabalho. Ora, entendendo que nos

países periféricos não há necessidade de produção tecnológica, pois esta já é produzida nos países desenvolvidos, a mão de obra não deve possuir grande qualificação, apenas o essencial para garantir o capital humano.

Portanto, o investimento na educação básica tem o objetivo de formar o capital humano, necessário para a perpetuação do capitalismo. Na visão dos órgãos neoliberais, a qualificação do trabalhador é a palavra-chave para garantir a empregabilidade, e assim também garantir a retomada do crescimento econômico, principalmente em países periféricos. Neste sentido, a educação não tem o papel de transformar a sociedade, mas sim de perpetuá-la (ALMEIDA; CARDOSO; SILVA, 2022, p.63).

Os discursos proferidos durante a conferência da Unesco são bastante atrativos, aparecendo com um ideal progressistas e uma preocupação com a educação. Libâneo (2012, p. 17) afirma que, “lido sem intenção crítica e sem a necessária contextualização, esse documento apresenta um conteúdo muito atraente, chegando a surpreender o leitor por suas intenções humanistas e democratizantes”.

Porém, Saviani (2011) alerta para o fato de que os objetivos proclamados muitas vezes servem para mascarar os objetivos reais. A universalização da educação, defendida pela Unesco, no Brasil ocorreu de forma precária, no qual as escolas públicas, até hoje, não dispõem de infraestrutura que atendam as necessidades básicas de professores e alunos.

Na prática, a universalização do sistema de ensino foi acompanhada da precarização da atividade docente, “uma vez que não foram dadas condições para que os professores pudessem desenvolver seu trabalho com excelência, seja ele a favor ou contra o capital” (CARDOSO, *et al*, 2022). Assim, as reformas na educação que ocorreram no Brasil, principalmente a partir da década de 1990, buscaram atender aos interesses da burguesia, apontando falsas soluções para problemas reais.

O NOVO ENSINO MÉDIO NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

Com base no exposto, não é preciso muito esforço para associar a reforma do ensino médio, ocorrida em 2017, durante o governo de Michel Temer, com a ideologia burguesa

de educação. Se abertura do Brasil ao neoliberalismo, foi, ao menos parcialmente, freada com a chegada do partido dos trabalhadores ao poder, a partir do golpe contra a presidente Dilma Rousseff, em 2016, esta retomada voltou ao seu ritmo. No campo econômico foram retomadas as privatizações das empresas estatais e a aprovação das reformas trabalhista, com o objetivo de baratear a mão de obra no país, obviamente as custas do sacrifício da classe trabalhadora.

No campo da educação foi aprovado o novo ensino médio - NEM- através de uma medida provisória, ou seja, de início não ocorreram os debates nas comissões, que são típicos dos projetos de lei. Assim, para evitar debates e atrasos na aprovação, o governo, de início optou por reformar o ensino médio através de medida provisória. Não iremos debater aqui o ponto a ponto da reforma do ensino médio, pois nosso foco é entender a ideologia contida nesta reforma.

Dentre os principais pontos do NEM está a supressão das disciplinas de ciências humanas, que são obrigatórias apenas no primeiro ano de formação do estudante. Embora tenha aumentado a carga horária, o NEM coloca como obrigatório até o fim do ciclo de estudo apenas as disciplinas de português e matemática. Lima e Sena (2022), ao analisar a Base nacional comum curricular - BNCC que fundamenta o novo ensino médio, afirmam que:

[...] o discurso que o documento aborda em suas entrelinhas é muito bonito, pois pressupõe a democratização do ensino, a formação integral do aluno e o desenvolvimento pessoal de maneira geral. Porém, ao analisar as habilidades, o documento aborda de maneira integral as habilidades da língua portuguesa e da matemática, cabendo às ciências da natureza e humanas uma nota de rodapé classificativa. (LIMA; SENA, 2022 p. 160)

A este fato, Schütz e Cossetin (2019) acrescentam que:

[...] em termos gerais, a ênfase e a eleição de certas áreas prioritárias, na oferta e na escolha dos itinerários, se não expressam um equívoco epistemológico primário, revelam uma intenção artilosa do projeto. [...] exhibe uma noção de formação reducionista e unilateral justamente pela privação de disciplinas com maior potencial crítico-reflexivo e capacidade relacionante, favorecendo, assim, a consolidação da lógica do capital e a atuação dinâmica do mercado, porque um sujeito com visão igualmente

reduzida e parcial é mais facilmente manipulável e subserviente. (SCHUTZ; COSSETIN,, 2019 p 212)

Para Frigotto (2016), a supressão das disciplinas de ciências humanas tem o objetivo de mascarar o real problema da educação no Brasil, que é resultado de uma expansão mal planejada, que resultou na precarização do ensino.

O argumento de que há excesso de disciplinas esconde o que querem tirar do currículo - filosofia, sociologia e diminuir a carga de história, geografia, etc. E o medíocre e fetichista argumento que hoje o aluno é digital e não agüenta uma escola conteudista mascara o que realmente o aluno desta, uma escola degradada em seus espaços, sem laboratórios, sem auditórios de arte e cultura, sem espaços de esporte e lazer e com professores esfacelados em seus tempos trabalhando em duas ou três escolas em três turnos para comporem um salário que não lhes permite ter satisfeitas as suas necessidades básicas. (FRIGOTTO, 2016)

Outro importante ponto a ser analisado são os itinerários formativos, que consistem no “conjunto de disciplinas, projetos, oficinas, núcleos de estudo, entre outras situações de trabalho, que os estudantes poderão escolher no ensino médio”. (BRASIL, 2022) Assim, estas novas disciplinas visam flexibilizar o ensino, pois o aluno poderá optar pelo itinerário formativo que lhe for conveniente. Dentre os itinerários formativos merece destaque o protagonismo juvenil, projeto de vida e empreendedorismo.

O problema dos itinerários formativos reside nos seus objetivos reais, que é garantir que os jovens recém formados consigam sobreviver em uma sociedade cujas relações de trabalho ocorrem de maneira cada vez mais precárias, e que aceitem a situação sem questionar. Ora, não é uma simples coincidência que logo após aprovação do NEM, o governo propôs a criação de uma carteira de trabalho verde amarela, no qual o trabalhador que optasse por este tipo de carteira, estaria abrindo mão de seus direitos trabalhistas.

O problema dos itinerários não é a formação técnica em si, mas os contextos e interesses invisíveis que os detentores dos currículos

introduzem nas escolas. Não levam em conta fatores sociais dos estudantes e nem dão o mínimo de suporte. Uma das bases dessa formação técnica é a formação para o empreendedorismo, deixando claro no documento, a formação de estudantes para a prestação de um determinado serviço que poderá ser realizado assim que o aluno sair da educação básica. (LIMA; SENA, 2022, p. 160)

Portanto, o NEM consolida o ideal de educação burguesa, onde os filhos da classe trabalhadora serão formados apenas para o mercado de trabalho, dificultando o acesso ao ensino superior, ficando este reservado especialmente para a burguesia. Essa reforma ocorreu em um contexto de ascensão do neoconservadorismo no Brasil, que trouxe consigo outras propostas educacionais, como a escola sem partido e a proposta de regulamentação da educação domiciliar. São projetos que se somam e afetam principalmente os filhos da classe trabalhadora, em um total retrocesso na educação brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no exposto é possível concluir que a burguesia, por ser a classe dominante materialmente, torna-se também a classe dominante espiritualmente, e impõe sua ideologia na educação através do Estado. Se a educação é necessária para o desenvolvimento das forças produtivas, e, portanto, é uma condição para o desenvolvimento do capitalismo, é necessário que seja universalizada para a classe dominada. Porém, esta universalização, deve ocorrer de maneira a atender o interesse da burguesia, e o novo ensino médio materializa o ideal de ensino burguês.

Com este estudo esperamos contribuir com a reflexão crítica sobre a educação no capitalismo. Para que possamos criticar, e principalmente, lutar, precisamos primeiramente conhecer o objeto da crítica. E isso se faz inicialmente com o debate teórico aqui pretendido.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Emanuel Rodrigues; CARDOSO, Eugênio Alves; DA SILVA, Clemildo Anacleto. Homeschooling: uma proposta do estado neoliberal para a educação brasileira. **Ciência em Movimento**, v. 24, n. 50. p. 57-67, 2022. Disponível em <<https://www.metodista.br/revistas/revistasipa/index.php/EDH/article/view/1271>> acesso em 01, abr,2023.

ANTUNES, Ricardo. Da educação utilitária fordista à da multifuncionalidade liofilizada. *In*: Silva Júnior, João dos Reis, et al. **Das crises do capital às crises da educação superior no Brasil - novos e renovados desafios em perspectiva**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019.

BARBOSA, Fabiano Geraldo; JIMENEZ, Maria Susana Vasconcelos; RABELO, Josefa Jackline. O estatuto ontológico do conhecimento em Lukács e a crítica ao irracionalismo. *Revista eletrônica Arma da Crítica*, Fortaleza, ano 7 n.8, p. 141-155, out. 2017. Disponível em <<https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/32247>> acesso em 10, mar,2023

BRASIL, Ministério da Educação. Novo ensino médio: perguntas e respostas. Brasília, 2017. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/publicacoes-para-professores/30000-uncategorised/40361-novo-ensino-medio-duvidas>> acesso em 25, mar, 2022

CARDOSO, Eugênio Alves, *et al.* As relações de trabalho no modo de produção toyotista e a precarização da atividade docente. *In*: COSTA, Elisângela André da Silva; FREITAS, Bruno Miranda; DANTAS, Jeane Pereira (org). **Diálogos entre escola e universidade na formação continuada**. Fortaleza, Imprece, 2022.

FRERES, Helena; GOMES, Valdemarin Coelho; BARBOSA, Fabiano Geraldo. Teoria do capital humano e o reformismo pedagógico pós 1990: fundamentos da educação para o mercado globalizado. *in*: RABELO, Jackeline; JIMENEZ, Susana; SEGUNDO, Maria das Dores Mendes (orgs). **O movimento de educação para todos e a crítica marxista**. Fortaleza, imprensa universitária, 2015.

FRERES, Helena; RABELO, Jackeline. EDUCAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E EMPREGABILIDADE: o receituário empresarial para a educação no Brasil. *In*: RABELO, Jackeline; JIMENEZ, Susana; SEGUNDO, Maria das Dores Mendes (orgs). **O movimento de educação para todos e a crítica marxista**. Fortaleza, imprensa universitária, 2015.

FRIGOTTO, G. **A reforma do Ensino Médio do (des)governo Temer**. Disponível em: <<https://www.anped.org.br/news/reforma-de-ensino-medio-do-des-governo-de-turno-decreta-se-uma-escola-para-os-ricos-e-outra>>. acesso em 15, mar, 2023.

HARVEY, David. **Condição pós moderna**. 26 ed. Edições Loyola, São Paulo, 2016

LIBÂNEO, José Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educação e pesquisa**, v. 38, p. 13-28, 2012. Disponível em < <https://www.scielo.br/j/ep/a/YkhJTPw545x8jwpGFsXT3Ct/abstract/?lang=pt>> acesso em 02, abr,2023

LIMA, Jorge Luiz Oliveiras. SENA, Francisco Kaio Dias. Base Nacional Comum Curricular e a reforma do ensino médio: uma análise crítica. In: COSTA, Elisângela André da Silva; FREITAS, Bruno Miranda; DANTAS, Jeane Pereira (org). **Diálogos entre escola e universidade na formação continuada**. Fortaleza, Imprece, 2022.

MAIA FILHO, Osterne. et al. O EMPRESARIAMENTO DA EDUCAÇÃO: uma análise da reforma educacional da década de 1990 in: RABELO, Jackeline; JIMENEZ, Susana; SEGUNDO, Maria das Dores Mendes (orgs). **O movimento de educação para todos e a crítica marxista**. Fortaleza, imprensa universitária, 2015.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Textos sobre Educação e Ensino** / Campinas, SP: Navegando, 2011

MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. **Revista Theomail**. N 15, p. 107-130, setembro, 2007. Disponível em< <https://www.redalyc.org/pdf/124/12401511.pdf>> acesso em 02, mar,2023

RABELO, Jackeline; JIMENEZ, Susana; SEGUNDO, Maria das Dores Mendes (orgs). **O movimento de educação para todos e a crítica marxista**. Fortaleza, imprensa universitária, 2015.

SCHÜTZ, Jenerton Arlan; COSSETIN, Vânia Lisa Fischer. Orfandade instituída e legalmente amparada: reflexões críticas sobre o “novo” Ensino Médio brasileiro. **Educação Unisinos**, v. 23, n. 2, p. 209-225, 2019. Disponível em < http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S217762102019000200209&script=sci_arttext&tlng=pt> Acesso em 20, mar,2023

SANTOS, Oder José dos. Reestruturação capitalista: educação e escola. **Trabalho e Educação**, V. 13 n°01. Jan/Jun, 2004. Disponível em < <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/8867>> Acesso em 02, mar, 2023

SAVIANI, Dermeval. Sobre a natureza e especificidade da educação. **Germinal: marxismo e educação em debate**. Salvador, v7, n1, p. 286-293, jun 2015. Disponível em< <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/13575>> acesso em 10, fev, 2023.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação: LDB, trajetórias, limites e perspectivas.** 12ª edição revista -, Campinas SP, Autores associados, 2011.

TONET, Ivo. **Educação contra o capital.** 3 ed. ampliada. São Paulo: Instituto Lukács, 2016.

TONET, Ivo. **Educação, Cidadania e Emancipação Humana.** São Paulo: Unijuí, 2005.

TONET, Ivo. LESSA, Sérgio. **Introdução à filosofia de Marx.** São Paulo: expressão popular, 2008.